



O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: o olhar dos adolescentes atendidos

BORBA, Gabriela Ferreira de

RESUMO: O presente artigo discorre sobre uma pesquisa qualitativa realizada junto aos adolescentes usuários do Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos Casa da Criança, a fim de analisar suas percepções e olhares sobre o serviço. Considera-se de suma importância dar voz aos usuários dos serviços que muitas vezes não encontram meios para se expressar. Pode-se evidenciar, mediante a coleta de dados, que o serviço representa muito mais do que o acesso à cultura, esporte e lazer, mas também à alimentação diária de qualidade e atividades como informática, que em outros espaços são fornecidas majoritariamente via mercado. A partir da análise dos dados, busca-se reforçar o quanto serviços deste cunho são essenciais, especialmente para crianças e adolescentes que carecem da presença Estatal em suas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Único de Assistência Social; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Crianças e adolescentes.

1 INTRODUÇÃO

Durante a década de 1980, o Brasil viveu um cenário marcado pelas lutas dos movimentos sociais em direção à garantia de direitos dos grupos minoritários, incluindo as crianças e adolescentes, até então considerados pelo Estado como adultos em miniaturas.

A elaboração do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990) em 1990, consolida os direitos desse segmento da população, garantidos pela Constituição Federal de 1988, em especial no artigo 227, que estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado de garantir à criança e ao adolescente “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Para além disso, preconiza a responsabilidade de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Com a promulgação da referida Constituição, a assistência social, política pública foco deste estudo, passa a compor o tripé da seguridade social, em conjunto com a saúde e previdência social. Apesar dos avanços obtidos, no que diz respeito ao reconhecimento das políticas sociais como direitos dos cidadãos, a década de 1990 representou um período de



contradições acerca da efetivação destas políticas, com o desmonte desses direitos conquistados em um cenário favorável à implementação do projeto neoliberal. (PARREIRA; BARCELOS, 2017)

A Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, tem como principal objetivo a garantia da política de assistência social como direito do cidadão e de responsabilidade do Estado. É estruturada em dois níveis de proteção, sendo eles Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica possui suas ações desenvolvidas nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um dos principais serviços que se enquadra na Proteção Social Básica. Este nível de proteção social representa um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, estruturados com o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, inserindo as famílias e indivíduos na rede socioassistencial, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a superação dessas situações. Sendo assim, o SCFV se estrutura de maneira a prevenir estas situações de risco, por meio de atividades pautadas no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, foi realizada no ano de 2019 uma pesquisa avaliativa com o objetivo de conhecer a perspectiva dos adolescentes em relação às oficinas ofertadas e ao espaço da Casa da Criança do Morro da Penitenciária, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no município de Florianópolis. Esta pesquisa foi pensada e executada como projeto de intervenção, atividade exigida para a finalização do processo de Estágio Obrigatório em Serviço Social.

Com o intuito de dar visibilidade à percepção dos adolescentes atendidos na Casa da Criança do Morro da Penitenciária e analisar a importância deste Serviço, este artigo foi estruturado em três seções. A primeira seção discorre brevemente sobre a política de Assistência Social e suas proteções; a segunda seção apresenta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e seus desafios e na última seção os dados da pesquisa são apresentados seguidos dos principais resultados.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: GÊNESE E DESDOBRAMENTOS

Anteriormente à Constituição Federal, as expressões da questão social no Brasil eram tratadas de forma filantrópica, assistencialista, com práticas paternalistas de caráter caritativo, sendo a igreja a principal instituição condutora dos serviços, aliada à Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), que atuava com caráter moralizador das famílias e indivíduos, constituindo assim práticas conservadoras que se atualizam no atual contexto sob nova roupagem: o neoconservadorismo.

Foi somente no ano 1988 que os direitos dos cidadãos tiveram sua ampliação, através



de uma Assembleia Nacional Constituinte que tinha como objetivo estabelecer um Estado que garantisse a efetivação dos direitos sociais individuais, como o direito à liberdade, segurança, bem-estar, igualdade e justiça, como um conjunto de valores fundamentais de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. (BRASIL, 1998)

A Constituição Federal de 1988 estabelece o tripé da Seguridade Social, onde o assistencialismo dá lugar à assistência social como política pública, juntamente com saúde e previdência social, surgindo assim o sistema de proteção social. Nesse sentido, a concepção de seguridade social prevê que os cidadãos disponham de um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam os riscos e vulnerabilidades sociais, através de um sistema de cobertura que não esteja submetido ao trabalho ou à compra desse serviço. (SPOSATI, 1995)

A assistência social, objeto deste estudo, passa a ser regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993), criada em 1993 e atualizada no ano de 2011 com a Lei nº 12.435/2011, permitindo que a assistência social traçasse uma nova trajetória no âmbito dos direitos sociais, sendo uma política pública, universal e de responsabilidade do Estado. Esta Lei confere à assistência social um caráter de responsabilidade legal aos serviços socioassistenciais tendo como responsável pela coordenação o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além disso, a LOAS institui o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como instância máxima de deliberação, tendo como principais competências: a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS); a normatização e regulamentação da prestação de serviços públicos ou privados no âmbito da assistência social; o acompanhamento e fiscalização de entidades; e a organização da referida política pública, zelando pela efetivação do sistema participativo e descentralizado. (SANTANA; SILVA; SILVA, 2013, p. 4)

Em 2004, é aprovada a Política Nacional de Assistência Social organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com implantação no país inteiro. O SUAS é resultado de um acordo entre as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal) com o intuito de garantir uma gestão descentralizada no que diz respeito ao financiamento e monitoramento dos serviços socioassistenciais, e possui como características fundamentais: a proteção social, a defesa dos direitos socioassistenciais e a vigilância social, conferindo à assistência social um novo formato de atuação organizado em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e proteção social especial, esta última sendo dividida em dois níveis de complexidade: média e alta. (BRASIL, 2004)

A Proteção Social Básica remete-se à ações preventivas, que reforçam o convívio com a família e comunidade, bem como a socialização, acolhimento e inserção, sendo voltada prioritariamente ao âmbito familiar, com o intuito de desenvolver as potencialidades dos



sujeitos e destina-se a população de vulnerabilidade social. Prevê ainda o “desenvolvimento dos serviços, programas, projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada”. (BRASIL, 2004, p. 34)

Nesse sentido, consideram-se os serviços de Proteção Básica aqueles que:

Potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2004, p. 36).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conhecido como a porta de entrada das políticas públicas, executa os serviços da proteção social básica. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais define três principais serviços da referida proteção que abrangem o atendimento familiar, são eles: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. (BRASIL, 2009)

3 O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

No cenário atual, quando reflete-se acerca do atendimento de caráter preventivo à criança e adolescente, identifica-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como um dos principais serviços que ofertam atendimento à estes sujeitos. Este, juntamente com os outros serviços que fazem parte da Proteção Social Básica “tem por objetivo prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (BRASIL, 2004 p. 32)

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome define que os usuários do SCFV devem ser divididos por grupos de idade¹, considerando as especificidades do ciclo de vida de cada grupo, sua faixa etária e conforme a demanda do território onde o serviço é ofertado. (ANDRADE, 2015) . As atividades desenvolvidas nos diferentes grupos devem ser pensadas de forma coletiva, dispendo da participação ativa da equipe de trabalho do Serviço, composta por técnicos de referências e educadores sociais, e dos usuários. (BRASIL, 2013)

A fins deste estudo, prioriza-se o SCFV destinado ao atendimento de crianças e adolescentes (de 06 a 15 anos de idade), através de atividades que perpassem o âmbito educativo, cultural e esportivo, construindo um espaço de convivência e formação para a participação e cidadania, de modo que se desenvolvam o protagonismo e a autonomia das

¹ De acordo com o MDS, os grupos de idade são organizados da seguinte forma: para crianças até 6 anos; para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; para adolescentes de 15 a 17 anos; para jovens de 18 a 29 anos; para adultos de 30 a 59 anos; para pessoas idosas.



crianças e adolescentes, a partir de seus interesses, demandas e potencialidades. Este, pode ser ofertado diretamente pelo CRAS ou pelos Centros de Convivência (BRASIL, 2009).

De acordo com o MDS, os principais objetivos do SCFV para a referida faixa etária, são: complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo (BRASIL, 2016)

Diante disto, para que se tenha êxito na execução destes objetivos, as ações precisam ser planejadas e pautadas nas orientações técnicas do SCFV, que dispõe, inclusive, que os usuários devem ser estimulados a participar do planejamento e avaliação dos serviços socioassistenciais.

O SCFV ofertado com o intuito de prevenir situações de risco “vai em busca da defesa e afirmação de direitos e desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários utilizando-se de alternativas que possibilitem a emancipação para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.” (ANDRADE, 2015 p. 44)

Contudo, este Serviço com caráter preventivo ainda é ofertado em sua maioria por organizações não governamentais, não sendo foco de investimento por parte do Estado. Entende-se que a Proteção Social Básica deveria ser o nível de proteção social com mais investimentos alocados, para que os usuários, sejam eles crianças ou idosos, não necessitem, no futuro, serem encaminhados para os serviços de Proteção Especial. (ANDRADE, 2015)

Nesse contexto, é necessário também que a população faça a sua parte, através da participação social no âmbito das políticas públicas e na fiscalização e execução destas políticas, verificando se o poder público está voltado para o atendimento das demandas da sociedade.

4 A VOZ DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO: ADOLESCENTES ATENDIDOS NA CASA DA CRIANÇA

A Casa da Criança do Morro da Penitenciária, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos localizada no município de Florianópolis, iniciou suas atividades no dia 14 de março de 1988, através de organização popular em articulação com a Paróquia da Santíssima Trindade, “com o objetivo de mudar os rumos da história, marcada pelos



processos de exclusão social, cultural e econômica que vinham sendo submetidos às Crianças, Adolescentes da comunidade do Morro da Penitenciária e suas respectivas famílias” (FLORIANÓPOLIS, 1992). A instituição assumiu o compromisso de atuar na área do desenvolvimento comunitário, intervindo na realidade, construindo saídas diferenciadas para este quadro de exclusão e negação da cidadania.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento supracitado, oferece o atendimento à 120 crianças e adolescentes, de 06 a 15 anos. As atividades desenvolvidas são organizadas em três núcleos de linguagem, são eles: Arte e Educação, através das oficinas de Música e Apoio Pedagógico; Esporte e Lazer, através das oficinas de Educação Física, Diversidade e sustentabilidade e Psicomotricidade e brinquedoteca; E Inclusão Digital, com a oficina de Informática. Os usuários são divididos por grupos conforme faixa etária, sendo eles: “G1” e “G2” para crianças de 6 à 10 anos, “G3” e “G4” para adolescentes de 11 à 15 anos, podendo haver mudança de grupos se a coordenação pedagógica julgar necessário.

No ano de 2019, foi desenvolvida uma pesquisa avaliativa com adolescentes da Casa da Criança do Morro da Penitenciária, a fim de analisar suas percepções e olhares sobre o serviço. A motivação para a realização desta pesquisa se deu a partir da experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social, onde pode-se constatar que os adolescentes atendidos no Serviço sentiam necessidade de expressar suas avaliações acerca das atividades, mas muitas vezes não tinham espaços para fazê-lo.

A partir da observação da estagiária dessa demanda dos usuários, foi realizada uma avaliação com os adolescentes usuários da Casa da Criança, com o objetivo de identificar o aproveitamento dos mesmos no Serviço e o andamento das atividades ofertadas na instituição, para que os educadores também pudessem ter um retorno do seu trabalho, podendo desta forma estar em constante melhoria no que diz respeito às atividades realizadas.

A metodologia utilizada para realizar esta avaliação foi um questionário, elaborado em uma plataforma online de criação de formulários. O questionário foi direcionado aos adolescentes do grupo G3 e G4, matutino e vespertino, pois entende-se que eles possuem uma capacidade maior de se expressar em relação às crianças participantes dos grupos G1 e G2. A aplicação se deu de forma online, na sala de Informática da instituição e obteve a participação de 40 adolescentes.

A primeira parte da avaliação consistia em um levantamento de dados pessoais, como idade, sexo e o grupo no qual participavam, preservando o anonimato em relação aos nomes, para que pudessem melhor se expressar. Posteriormente, os dados coletados foram referentes aos núcleos de linguagem oferecidos no Serviço.

Em relação aos dados de identificação, constatou-se que 47,5% eram do sexo feminino,



e 52,5% do sexo masculino. As faixas etárias variam de 9 à 16 anos. Aqui, cabe ressaltar que as idades de 9 e 10 anos fazem parte do grupo de crianças, porém, a coordenação pedagógica pode alocar os usuários para outros grupos independente da idade, conforme desenvolvimento dos mesmos, se assim julgar necessário.

Quanto às atividades, pode-se evidenciar que há uma prevalência positiva nas avaliações, ou seja, os adolescentes gostam e se identificam com as atividades realizadas, tais como:

Educação Física: 97% dos participantes demonstraram estar satisfeitos, sendo possível analisar através dos comentários, que os adolescentes entendem a importância da atividade física para a sua saúde, para além de considerar um espaço de descontração e socialização com os amigos, como nos mostra o comentário de um dos adolescentes que participaram da avaliação: *“ nas aulas de educação física a gente está mais em contato com o nosso corpo e com nossos colegas. Fazendo sempre jogos e brincadeiras que sejam em grupo, para sempre estar em contato com nossos colegas”;*

Apoio Pedagógico: atividade que tem o intuito de possibilitar o desenvolvimento na área cognitiva, melhoramento no desempenho escolar, orientação nas tarefas escolares e acompanhamento individual conforme a necessidade da criança ou adolescente. Nesta oficina, 45% dos adolescentes manifestaram estar satisfeitos e 37,5% demonstram, através dos comentários, que a atividade é cansativa pois remete à rotina escolar.

Psicomotricidade e Brinquedoteca: A atividade de Psicomotricidade tem o objetivo de atuar sobre os fatores psicoafetivos relacionais adquiridos na infância, fatores que estão diretamente vinculados a dificuldades de adaptação no cotidiano e no convívio social. A atividade de brinquedoteca visa oferecer espaço lúdico proporcionando a fantasia, a imaginação e a criatividade, oportunizando momentos coletivos de brincadeira e incentivando a aprendizagem de regras de jogos e convivência. Estas duas oficinas são ofertadas em conjunto, e foram avaliadas com 90% de satisfação, por ser, segundo os adolescentes, uma atividade que aborda diversas brincadeiras;

Diversidade e Sustentabilidade: A oficina tem como foco abrir espaço para discussões de práticas com vista à aquisição de princípios básicos de ecologia e organização para a sustentabilidade. Além disso, objetiva resgatar a cultura afro-brasileira. As atividades consistem em apresentações, exposições e rodas de conversa, que auxiliam e contribuem para a formação de cidadãos, utilizando a oralidade informal, leituras, discussões e dirigidas. Estas atividades são realizadas em três modalidades: Capoeira, Maculelê e Puxada de Rede. Nesta oficina, os resultados foram 65% de satisfação. Alguns adolescentes expressam em seus comentários que não gostam da atividade de capoeira e outras atividades que acontecem nesta oficina, conforme a fala a seguir: *“a aula dele é chata as vezes, como xadrez eu realmente não gosto não me sinto nenhum interesse, a capoeira tbm não gosto pq tbm não*



acha graça nenhuma ficar pulando pro lado pro outro” (sic). Contudo, outros adolescentes entendem a importância desta atividade: “gosto porque temos aulas de raciocínio, temos aulas que mostra o quanto importante cuidar do nosso mundo, e temos a capoeira que mostra a cultura dos africanos (sic)

Informática: Esta oficina visa a inclusão digital, com o objetivo de democratização da tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento e formação da cidadania. Nesta oficina as seguintes atividades são realizadas: alfabetização digital, jogos educativos, Word, Excel, desenho, internet e pesquisas direcionadas. Esta oficina foi a única a obter 100% de satisfação dos usuários. Nesta oficina, os adolescentes aprendem conteúdos diversificados e gostam de estar conectados. Cabe aqui destacar que muitos usuários que se encontram em vulnerabilidade social não possui acesso à computadores e internet. A satisfação é explicada pelos comentários dos adolescentes: *“porque ele ensina bastante coisas que é interessantes aprender.”* Outro adolescente participante da pesquisa destaca que o professor de informática *“tem vontade de mostrar coisas novas p os alunos, ele é gente boa, um professor que entende a lingua dos jovens” (sic).*

Música: Esta oficina tem o objetivo de despertar nas crianças o interesse pela música, abordando questões básicas do conhecimento musical de forma descontraída e lúdica. As atividades realizadas são ligadas à percepção musical. Os instrumentos utilizados são: percussão, cordas, flauta e canto. Esta oficina possui 70% de satisfação dos adolescentes que participaram da avaliação. Estes, pontuam que gostam da atividade pois aprendem instrumentos variados e aprendem sobre a música no geral, através de filmes e movimentos com o corpo.

Num segundo momento, questionou-se como os adolescentes se sentiam em relação aos **espaços e infraestrutura** oferecidos pela Casa da Criança, como o salão, as salas de aula, a biblioteca e o refeitório. 90% dos participantes demonstraram estar satisfeitos com os espaços do Serviço.

Outro ponto importante da pesquisa, refere-se à **alimentação**: houve um número significativo de comentários positivos a respeito da alimentação, sendo esta muitas vezes a melhor refeição do dia desses adolescentes. A fala a seguir expressa como os adolescentes dão valor à alimentação oferecida a eles na Casa da Criança, assim como a quem prepara as refeições: *“porque elas fazem comida com amor, passam horas pra fazer uma comida pra agradar varias crianças” (sic).*

O **acesso à cultura** por meio de atividades culturais e acesso aos livros disponíveis na biblioteca, também foram destacados como ponto positivos. Os adolescentes observam a grande quantidade livros e elogiam a biblioteca por ter livros novos e por serem bem cuidados.



Em relação às críticas apontadas, destaca-se a insatisfação dos adolescentes quanto ao fato de alguns professores realizarem as atividades em conjunto com outras oficinas, perdendo muitas vezes o objetivo inicial da proposta educativa. Também destacam a necessidade de melhorias na infraestrutura da instituição, pois algumas salas possuem pouco espaço e outras estão mofadas devido à umidade.

Diante dos dados obtidos com a aplicação do questionário aos adolescentes, é possível concluir que a Casa da Criança cumpre sua função de ofertar atividades e espaços que além de reforçar os vínculos familiares, proporciona a construção e fortalecimento de vínculos comunitários.

5 CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento do estágio em Serviço Social, a estagiária pôde observar a necessidade que os adolescentes sentem em se expressar acerca do espaço que ocupam, muitas vezes não encontrando meios para fazê-lo. Alguns adolescentes, nos comentários da avaliação, agradeceram a oportunidade de poder verbalizar como se sentem em relação aos espaços físicos da Casa da Criança e em relação aos educadores e suas respectivas oficinas, pois, conforme exposto, houveram críticas importantes a serem levadas em consideração pela coordenação pedagógica, inclusive sobre os espaços físicos.

Os resultados desta pesquisa foram sistematizados em formato de relatório e apresentados à coordenação pedagógica e à diretoria da Casa da Criança do Morro da Penitenciária, que prontamente pensaram em possíveis estratégias para as demandas que os adolescentes trouxeram. Cabe aqui salientar a importância das atividades serem planejadas juntamente com as crianças e adolescentes, respeitando os núcleos de linguagem e seus objetivos, mas levando em considerações os interesses do grupo para que haja participação efetiva nas oficinas.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos busca o enfrentamento das vulnerabilidades sociais através de um processo de construção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, desenvolvendo o sentimento de pertencimento à sociedade, proporcionando a proteção social e a garantia de direitos das crianças e adolescentes usuárias do Serviço. Além disso, o SCFV:

Trata, também, dos aspectos relacionados às contradições e aos conflitos que permeiam as relações de convivência familiar e comunitária, e como estes interferem na construção e no fortalecimento de vínculos, fazendo com que esses adolescentes possam atingir seus objetivos, superando suas vulnerabilidades, prevenindo situações de risco e direito violado. (SANTOS; CARLOS; BASTOS, 2015, p.16)

No âmbito do Serviço Social, o profissional assistente social deve estar sempre atento às demandas que chegam e praticar a escuta ativa com os usuários. Esta avaliação foi



pensada no momento em que a graduanda de Serviço Social começou a perceber a insatisfação de alguns adolescentes acerca de algumas situações no funcionamento das oficinas. A partir daí, fez-se necessário entender se esse descontentamento era apenas de alguns adolescentes, ou do grupo como um todo. Souza (2008) explicita que qualquer situação que chega ao Serviço Social deve ser analisada a partir de duas dimensões: a da singularidade e a da universalidade, pois, é na relação entre universalidade e singularidade que se torna possível resgatar as particularidades de determinada situação. (SOUZA, 2008, p. 123).

Como limitações deste estudo, observa-se a escassez de referencial teórico sobre o SCFV, dificultando a potencialização da discussão teórica sobre o tema. Este trabalho, trazendo o olhar do adolescente sobre o espaço em que está inserido, contribui para a discussão da importância do usuário estar presente tanto no processo de elaboração das atividades voltadas à eles, como no processo de avaliação do Serviço. Novos estudos acerca da importância da Proteção Social Básica como política preventiva e seus serviços, incluindo o SCFV são recomendados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elena. **Serviços socioassistenciais: o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Proteção Social Básica do SUAS**. 2015. 57 f. Dissertação (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Cap.3 Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/156630/TCC%20Elena%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 6 de julho de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 25 de novembro de 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS, 2004.



FLORIANÓPOLIS. Casa da Criança Morro da Penitenciária. **Estatuto Social Casa da Criança Morro da Penitenciária**, 1992.

CHAGAS, Mirela Eufrásio das; FUCHS, Dra. Andréa Márcia Santiago Lohmeyer. **Convivência familiar e comunitária na proteção básica**: a articulação entre os serviços na garantia de direitos. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180019/101_00320.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 set. 2019.

SANTANA, Eliane Peixoto de; SILVA, Jéssica Aparecida dos Santos da; SILVA, Valdianara Souza da. **Histórico da política de assistência social**: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais. 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/historicodapoliticaadeassistenciasocial.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2019.

SANTOS, Ana Claudia Soares dos; CARLOS, Gisele Ghedin; BASTOS, Maria de Lourdes da Silva Leite. **A voz dos adolescentes**: Estudo de caso no Serviço De Convivência e Fortalecimento de Vínculos no CRAS do bairro Jaqueline no município De Içara/Sc. 2015. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Artigo-Ana-Claudia-Soares-dos-Santos.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2019.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: desafios para uma política pública de seguridade social. Cadernos ABONG. São Paulo: ABONG, 1995. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/245/ABONG%20%20%20AS%20ONGS%20E%20A%20REALIDADE%20BRASILEIRA%20-%204.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 24 set. 2019.